

Relatório da Administração 31 de dezembro de 2022

COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS SÃO MIGUEL DO OESTE-SICOOB SÃO MIGUEL SC/PR/RS

Bem-vindos, cooperados e comunidade.

Seguindo o princípio da informação e prezando pelo valor da transparência, apresentamos neste documento as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 da cooperativa financeira SICOOB SÃO MIGUEL SC/PR/RS.

Aqui você também vai conhecer um pouco mais sobre a cooperativa e os resultados que alcançamos juntos no período. Esperamos que aprecie o conteúdo e descubra em nossos números a força do cooperativismo financeiro.

Boa leitura!

1. Contexto Sicoob

Formado por centenas de cooperativas financeiras espalhadas por todo o Brasil e presente em cerca de 2,2 mil municípios, o Sicoob é um dos maiores sistemas financeiros do país. Juntas, as cooperativas somam mais de 7 milhões de cooperados que constroem juntos um mundo com mais cooperação, pertencimento, responsabilidade social e justiça financeira.

2. Sustentabilidade

Visando estruturar um ambiente de sustentabilidade sistêmica que integre as práticas sociais, ambientais e de governança (ESG) ao modelo de negócios do Sicoob, todas as organizações do Sistema estão se mobilizando em torno do Pacto pelo Desenvolvimento Sustentável.

Para traduzir aos cooperados e às comunidades os nossos compromissos, contamos com um Plano de Sustentabilidade, Agenda e Relatório de Sustentabilidade, alinhados ao nosso plano estratégico e aderente as diretrizes do Banco Central do Brasil voltadas à Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática. Quer saber mais? Acesse www.sicoob.com.br/sustentabilidade.

3. Nossa cooperativa

O SICOOB SÃO MIGUEL SC/PR/RS é uma instituição financeira cooperativa voltada para fomentar o crédito para seu público-alvo, os cooperados, que, além de contar com um portfólio completo de produtos e serviços financeiros, têm participação nos resultados financeiros e contribuem para o desenvolvimento socioeconômico sustentável de suas comunidades.

Conheça um pouco do nosso Conselho de Administração e Diretoria:

EDEMAR FRONCHETTI
PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADM.

GUNDER LEO BERWANGER
VICE-PRESIDENTE

JULIANO ROMANCINI
SECRETÁRIO

PEDRO VLADEMIR SCHUTZ
DIRETOR FINANCEIRO

JAIR JOSÉ BALBINOT
DIRETOR OPERACIONAL

MARCELO TREVISAN
DIRETOR COMERCIAL

4. Política de Crédito

Nossa atuação dá-se principalmente por meio da concessão de empréstimos e captação de depósitos. Concessão essa que é realizada para cooperados após prévia análise, respeitando limites de alçadas pré-estabelecidos que devem ser observados e cumpridos. Realizamos, ainda, consultas cadastrais e análises através do "RATING" (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

Nossa política de classificação de risco de crédito está de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/99, havendo uma concentração de 94,46% nos níveis de "AA" a "C".

5. Governança Corporativa

A participação nas decisões é um valor que permeia nosso negócio, por isso cada cooperado tem direito a voto nas assembleias. Entre as decisões, está a eleição do Conselho de Administração, que é responsável pelas decisões estratégicas.

Os atos da administração da cooperativa, bem como a validação de seus balancetes mensais e do balanço patrimonial anual, são realizados pelo Conselho Fiscal que, também eleito em Assembleia, é responsável por verificar esses assuntos de forma sistemática. Ele atua de forma complementar ao Conselho de Administração. Neste mesmo sentido, a gestão dos negócios da cooperativa no dia a dia é realizada pela Diretoria Executiva.

A cooperativa possui área de Controles Internos, supervisionado diretamente pelo Diretor responsável pelo gerenciamento contínuo de riscos. O objetivo é acompanhar a aderência aos normativos vigentes, sejam eles internos e/ou sistêmicos (SICOOB CENTRAL SC/RS e Sicoob Confederação), bem como aqueles oriundos da legislação vigente.

Os balanços da cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao

conhecimento dos Conselhos e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a cooperativa.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a cooperativa adota ferramentas de gestão como o Manual de Crédito, que foi aprovado, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação e homologado pela central.

Além do Estatuto Social, seguimos regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento Interno, o Regimento do Conselho de Administração, o Regimento do Conselho Fiscal e o Regulamento Eleitoral.

A cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais. Além disso, os integrantes da nossa cooperativa estão em harmonia com o Código de Ética e de Conduta Profissional proposto pelo Sicoob Confederação.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos cooperados e à sociedade a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

6. Sistema de Ouvidoria

É um canal de comunicação com os nossos cooperados e integrantes das comunidades onde estamos presentes, em que são atendidas manifestações sobre nossos produtos.

No exercício de 2022, o SICOOB SÃO MIGUEL SC/PR/RS registrou o total de 143 (cento e quarenta e três) manifestações sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela cooperativa. Dentre elas, havia reclamações, pedidos de esclarecimento de dúvidas e solicitações de providências relacionadas principalmente a pacote de serviços. Das reclamações, 67 (sessenta e sete) foram consideradas procedentes e resolvidas dentro dos prazos regulamentares, conforme legislação vigente.

7. Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito

O FGCoop é uma associação civil sem fins lucrativos criada para tornar as cooperativas financeiras tão competitivas quanto os bancos comerciais e proteger as pessoas que depositam sua confiança em cooperativas financeiras regulamentadas. Ele assegura que o cooperado receba seu dinheiro de volta nos casos de eventual intervenção ou liquidação da cooperativa financeira pelo Banco Central do Brasil, até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil reais) por CPF ou CNPJ.

De acordo com o artigo 2º da Resolução CMN nº 4.284, de 05/11/2013, a contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125%, dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Créditos dos bancos, o FGC, ou seja, os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, entre outros.

8. Demonstrações dos Resultados Consolidados

Data-base: 31 de dezembro de 2022.

Unidade de Apresentação: reais.

Grandes números	% de variação	31/12/2022	31/12/2021
Resultados financeiros	65,24%	99.915.108,72	60.488.483,21
Patrimônio Líquido	37,40%	419.820.740,57	305.551.919,20
Ativos	24,40%	3.261.899.046,92	2.622.094.614,89
Depósitos na Centralização Financeira	24,61%	864.627.491,43	693.858.081,04

Número de cooperados	% de variação	31/12/2022	31/12/2021
Total	12,54%	110.078	97.809

Carteira de Crédito	% de variação	31/12/2022	31/12/2021
Carteira Rural	46,77%	791.855.686,07	539.522.888,81
Carteira Comercial	-1,01%	1.222.428.796,24	1.234.885.262,89
Total	13,52%	2.014.284.482,31	1.774.408.151,70

Os Vinte Maiores Devedores representavam na data-base de 31/12/2022 o percentual de 13,54% da carteira, no montante de R\$ 274.644.237,53.

Captações	% de variação	31/12/2022	31/12/2021
Depósitos à vista	8,99%	414.245.161,07	380.089.102,73
Depósitos sob aviso	-12,57%	2.860.186,33	3.271.391,64
Depósitos a prazo	0,34%	1.164.091.445,57	1.160.170.960,54
LCA	88,34%	430.233.622,69	228.429.675,17
LCI	28,93%	139.661.197,64	108.324.400,99
Total	14,40%	2.151.091.613,30	1.880.285.531,03

Os Vinte Maiores Depositantes representavam na data-base de 31/12/2022 o percentual de 11,88% da captação, no montante de R\$ 252.499.012,52.

Patrimônio de referência	% de variação	31/12/2022	31/12/2021
Total	38,21	392.195.880,21	283.770.230,03

Agradecemos aos nossos cooperados pela preferência e confiança e aos empregados pela dedicação.

SÃO MIGUEL DO OESTE-SC, 10 de fevereiro de 2023.

Balanco Patrimonial
Exercício findos em 31 de dezembro

	Notas	31/12/2022	31/12/2021
ATIVO		3.261.899.046,92	2.622.094.614,89
DISPONIBILIDADES		21.143.989,29	22.204.589,27
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		3.264.794.413,87	2.583.477.411,89
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	300.801.701,84	81.459.981,96
Títulos e Valores Mobiliários	6	50.688.783,98	2.969.114,46
Relações Interfinanceiras		864.627.491,43	693.858.081,04
Centralização Financeira	4.b	864.627.491,43	693.858.081,04
Operações de Crédito	7	2.014.284.482,31	1.774.408.151,70
Outros Ativos Financeiros	8	34.391.894,31	30.782.082,73
(-) PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO		(72.265.848,24)	(54.613.233,11)
(-) Operações de Crédito	7.b	(69.252.125,46)	(52.641.987,15)
(-) Outras	8.1	(3.013.722,78)	(1.971.245,96)
ATIVOS FISCAIS CORRENTES E DIFERIDOS	9	5.477.529,83	1.154.560,88
OUTROS ATIVOS	10	13.271.038,32	9.855.168,89
INVESTIMENTOS	11	5.225,00	31.704.918,57
IMOBILIZADO DE USO	12	46.763.262,87	43.602.663,26
INTANGÍVEL	13	674.332,89	731.792,78
(-) DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES		(17.964.894,82)	(16.023.247,33)
TOTAL DO ATIVO		3.261.899.046,92	2.622.094.614,89
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.261.899.046,92	2.622.094.614,89
DEPÓSITOS	14	1.581.196.792,97	1.543.531.454,91
Depósitos à Vista		414.245.161,07	380.089.102,73
Depósitos Sob Aviso		2.860.188,33	3.271.391,64
Depósitos a Prazo		1.164.091.445,57	1.160.170.960,54
DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS		1.308.291.124,72	727.712.523,75
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos	15	569.894.820,33	336.754.076,12
Relações Interfinanceiras		622.676.870,87	380.285.210,94
Repasses Interfinanceiros	16.a	622.564.305,51	380.106.324,10
Outras Relações Interfinanceiras	17	112.585,36	118.895,84
Obrigações por Empréstimos e Repasses	16.b	15.008.823,44	9.770.927,29
Outros Passivos Financeiros	18	712.610,08	902.300,40
PROVISÕES	19	8.830.497,29	6.396.854,52
OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES E DIFERIDAS	20	2.982.491,68	2.245.682,11
OUTROS PASSIVOS	21	40.777.489,69	36.656.180,40
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		419.820.740,57	305.551.919,20
CAPITAL SOCIAL	22.1	110.839.725,39	87.901.932,49
RESERVAS DE SOBRAS	22.2	292.688.841,88	196.309.904,61
SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	22.3	16.292.173,30	21.339.992,10
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.261.899.046,92	2.622.094.614,89

Demonstração das Sobras ou Perdas
Exercício findos em 31 de dezembro

	Notas	2º Sem. 2022	31/12/2022	31/12/2021
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		223.463.264,21	429.835.203,96	209.947.813,12
Operações de Crédito	25	155.227.340,30	317.181.726,30	177.024.734,52
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	4.b	56.517.167,43	94.653.790,31	29.225.199,48
Resultado de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	10.964.739,42	16.841.017,80	2.598.054,30
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	6	694.617,28	932.150,78	111.800,28
Resultado das Aplicações Computacionais		59.389,78	228.558,77	88.224,54
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	26	(144.811.032,43)	(262.377.306,64)	(94.045.164,96)
Operações de Captação no Mercado		(104.060.270,85)	(186.271.621,96)	(57.798.985,74)
Operações de Empréstimos e Repasses		(16.509.978,34)	(27.233.979,59)	(11.435.386,62)
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		(24.211.783,24)	(38.871.705,01)	(24.810.792,60)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		78.652.231,78	177.457.897,40	115.902.648,16
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/ISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS		(29.680.327,55)	(57.771.438,52)	(40.679.592,40)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	27	12.191.518,05	23.210.480,91	28.748.812,95
Rendas de Tarifas	28	10.679.676,99	19.725.771,12	16.921.189,26
Dispêndios e Despesas de Pessoal	29	(31.800.503,86)	(58.951.278,84)	(52.185.580,97)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	30	(27.058.836,99)	(50.064.715,86)	(39.589.700,53)
Dispêndios e Despesas Tributárias	31	(923.688,50)	(1.662.282,77)	(2.702.717,32)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	32	11.637.107,47	19.052.233,82	12.214.095,39
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	33	(4.415.600,71)	(9.081.648,90)	(4.085.682,18)
PROVISÕES	34	(270.134,40)	(698.144,46)	(5.620,92)
Provisões/Reversões para Contingências		(138.206,09)	(114.999,86)	(90.762,35)
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas		(131.928,31)	(583.144,54)	85.141,43
RESULTADO OPERACIONAL		48.691.759,83	118.988.314,48	75.217.434,84
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS	35	1.670.364,99	1.754.659,22	(312.510,42)
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		50.362.124,82	120.742.973,70	74.904.924,42
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		1.338.266,51	-	(2.827.933,41)
Imposto de Renda Sobre Atos Não Cooperados		821.508,41	-	(1.037.997,70)
Contribuição Social Sobre Atos Não Cooperados		516.758,10	-	(1.189.935,71)
PARTICIPAÇÕES NOS RESULTADOS		(4.944.443,44)	(9.268.161,46)	(7.980.530,63)
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL		46.755.947,89	111.482.812,30	64.096.460,98
JUROS AO CAPITAL	23	(6.683.711,61)	(11.567.703,58)	(3.627.997,77)
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES		40.072.236,28	99.915.108,72	60.468.463,21
DESTINAÇÕES LEGAIS, ESTATUTÁRIAS E OUTROS EVENTOS	22.3.1	-	(80.412.257,86)	(35.900.920,09)
FATES		-	(6.156.106,73)	(5.318.500,35)
Fundo de Reserva		-	(8.096.958,46)	(8.158.075,15)
Outras Destinações Estatutárias		-	(57.893.544,00)	(27.711.338,19)
Reversões de Reservas/Fundos		-	(8.275.618,67)	3.286.993,60
SOBRAS DO PERÍODO À DISPOSIÇÃO DA ASSEMBLEIA		40.072.236,28	19.502.850,86	24.567.543,12

	2º Sem. 2022	31/12/2022	31/12/2021
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL	46.755.947,89	111.482.812,30	64.096.460,98
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE	46.755.947,89	111.482.812,30	64.096.460,98

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
Exercício findos em 31 de dezembro

	CAPITAL SUBSCRITO	CAPITAL A REALIZAR	RESERVA LEGAL	RESERVAS ESTATUTÁRIAS	OUTRAS RESERVAS	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	TOTALS
Saldo em 31/12/2020	94.388.895,82	(3.717.834,46)	48.184.912,84	58.815.962,63	4.733.136,54	14.369.749,86	247.863.516,54
Recuperação de Perdas de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	60.871,89	60.871,89
Destinações das Sobras do Exercício Anterior	-	-	-	-	-	-	-
Contribuição de Reservas	47.827,21	-	-	12.500.181,25	-	(12.500.181,25)	(5.307.291,84)
Distribuição de lucros para associados	-	-	-	-	(2.388.842,42)	-	(2.388.842,42)
Outros Eventos/Reservas	-	-	-	-	-	-	-
Monte da Reserva	8.308.548,31	1.882.253,85	-	-	-	-	9.991.301,86
Por Subscrição/Realização	(8.084.805,90)	-	-	-	-	-	(8.084.805,90)
Por Distribuição (-)	(90,59)	-	-	-	-	-	(90,59)
Estorno de Capital	-	-	(947.448,13)	68.687,76	-	476.881,83	4.940,26
Reversão/Realização de Reservas	-	-	-	-	-	2.810.391,87	2.810.391,87
Reversão/Realização de Fundos	-	-	-	-	-	64.096.460,98	64.096.460,98
Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital	-	-	-	-	-	-	-
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	(3.827.997,77)	(3.827.997,77)
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio	3.576.897,19	-	-	-	-	-	3.576.897,19
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido	-	-	-	-	-	-	-
Destinações das Sobras do Período	-	-	8.188.075,15	-	-	(8.188.075,15)	-
Fundo de Reserva	-	-	-	27.711.338,19	-	(27.711.338,19)	-
Outras Destinações das Sobras do Período	-	-	-	-	-	(3.076.037,58)	(3.076.037,58)
FATES - Atos Cooperativos	-	-	-	-	-	(2.238.482,77)	(2.238.482,77)
FATES - Atos Não Cooperativos	-	-	-	-	-	305.551.919,20	305.551.919,20
Saldo em 31/12/2021	96.136.813,12	(2.234.886,63)	54.791.538,96	136.115.159,83	2.413.296,12	21.339.992,10	305.551.919,20
Recuperação de Perdas de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	16.873,46	16.873,46
Destinações das Sobras do Exercício Anterior	-	-	-	-	-	-	-
Contribuição de Reservas	57.824,86	-	-	19.854.034,49	-	(19.854.034,49)	(4.915.508,63)
Distribuição de lucros para associados	-	-	-	-	(2.413.296,12)	-	(2.413.296,12)
Outros Eventos/Reservas	-	-	311.791,84	-	-	-	311.791,84
Monte da Reserva	30.858.139,20	(13.172.694,71)	-	-	-	-	17.685.444,49
Por Subscrição/Realização	(5.958.557,44)	-	-	-	-	-	(5.958.557,44)
Por Distribuição (-)	(914,84)	-	-	-	-	-	(914,84)
Estorno de Capital	-	-	-	-	-	-	-
Reversão/Realização de Reservas	-	-	-	12.845.816,80	-	(12.845.816,80)	771,83
Reversão/Realização de Fundos	-	-	-	-	-	4.569.484,31	4.569.484,31
Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital	-	-	-	-	-	111.482.812,30	111.482.812,30
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	(11.567.703,58)	(11.567.703,58)
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio	11.353.814,63	-	-	-	-	-	11.353.814,63
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido	-	-	-	-	-	-	-
Destinações das Sobras do Período	-	-	8.096.958,46	-	-	(8.096.958,46)	-
Fundo de Reserva	-	-	-	57.893.544,00	-	(57.893.544,00)	-
Outras Destinações das Sobras do Período	-	-	-	-	-	(4.043.484,23)	(4.043.484,23)
FATES - Atos Cooperativos	-	-	-	-	-	(2.112.612,50)	(2.112.612,50)
FATES - Atos Não Cooperativos	-	-	-	-	-	305.551.919,20	305.551.919,20
Saldo em 31/12/2022	126.247.196,73	(15.487.375,34)	63.188.238,96	229.586.812,89	-	19.502.850,86	419.820.740,57
Recuperação de Perdas de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	9.247,94	9.247,94
Destinações das Sobras do Exercício Anterior	-	-	-	-	-	-	-
Contribuição de Reservas	17.275.114,84	(7.816.181,48)	-	-	-	-	9.458.933,36
Distribuição de lucros para associados	(2.304.228,03)	-	-	-	-	-	(2.304.228,03)
Outros Eventos/Reservas	-	-	-	-	-	-	-
Monte da Reserva	-	-	-	12.845.816,80	-	(12.845.816,80)	771,83
Por Subscrição/Realização	-	-	-	-	-	4.569.484,31	4.569.484,31
Por Distribuição (-)	-	-	-	-	-	46.755.947,89	46.755.947,89
Estorno de Capital	-	-	-	-	-	-	-
Reversão/Realização de Reservas	-	-	-	-	-	-	-
Reversão/Realização de Fundos	-	-	-	-	-	-	-
Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital	-	-	-	-	-	-	-
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	(11.567.703,58)	(11.567.703,58)
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio	11.353.814,63	-	-	-	-	-	11.353.814,63
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido	-	-	-	-	-	-	-
Destinações das Sobras do Período	-	-	8.096.958,46	-	-	(8.096.958,46)	-
Fundo de Reserva	-	-	-	57.893.544,00	-	(57.893.544,00)	-
Outras Destinações das Sobras do Período	-	-	-	-	-	(4.043.484,23)	(4.043.484,23)
FATES - Atos Cooperativos	-	-	-	-	-	(2.112.612,50)	(2.112.612,50)
FATES - Atos Não Cooperativos	-	-	-	-	-	305.551.919,20	305.551.919,20
Saldo em 31/12/2022	126.247.196,73	(15.487.375,34)	63.188.238,96	229.586.812,89	-	19.502.850,86	419.820.740,57

Demonstração do Fluxo de Caixa
Exercício findos em 31 de dezembro

	Notas	2º Sem. 2022	31/12/2022	31/12/2021
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES				
Distribuição de Sobras e Dividendos		(3.786.934,35)	(5.633.785,78)	(2.985.494,17)
Provisões/Reversões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		24.211.783,24	38.871.705,01	24.810.792,60
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas		131.926,31	583.144,54	(85.141,43)
Provisões/Reversões Não Operacionais		(1.511.420,90)	(1.530.994,01)	(473.960,98)
Provisões/Reversões para Contingências		138.208,09	114.999,66	90.782,35
Ajustamento de Depósitos em Garantia		(107.602,34)	(198.086,26)	(71.862,1)
Depreciações e Amortizações		1.442.512,11	2.762.897,69	2.440.731,10
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES AJUSTADO		70.900.596,98	155.732.882,74	98.831.871,80
Aumento/(Redução) em Ativos Operacionais				
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		(142.034.703,88)	(182.041.594,78)	(20.855.963,88)
Títulos e Valores Mobiliários		(4.271.866,39)	(15.783.774,78)	(1.725.564,72)
Relações Interfinanceiras		158.304,80	-	-
Operações de Crédito		(225.300.843,89)	(258.612.137,22)	(863.178.007,56)
Outros Ativos Financeiros		(787.214,75)	(5.894.996,59)	(9.275.805,55)
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos		(3.129.753,11)	(4.322.979,15)	(607.375,97)
Outros Ativos		229.505,78	(1.884.875,42)	12.065.301,30
Aumento/(Redução) em Passivos Operacionais				
Depósitos à Vista		65.496.147,81	34.156.058,34	50.910.830,64
Depósitos sob Aviso		(222.762,89)	(411.205,31)	(972.816,39)
Depósitos a Prazo		84.361.833,39	3.920.485,03	214.259.376,55
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos		53.213.027,79	233.140.744,21	207.389.988,93
Relações Interfinanceiras		231.516.249,40	242.391.650,93	204.197.172,52
Obrigações por Empréstimos e Repasses		328.530,01	5.235.896,15	(15.024.859,28)
Outros Passivos Financeiros		85.584,77	(189.690,32)	636.807,20
Provisões		1.735.498,37	1.735.498,37	71.862,11
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas		912.969,94	736.719,57	459.603,49
Outros Passivos		(13.325.818,04)	(16.700.555,89)	(4.716.506,96)
FATES - Atos Cooperativos		(4.043.494,23)	(4.043.494,23)	(3.079.037,58)
FATES - Atos Não Cooperativos		(2.112.612,50)	(2.112.612,50)	(2.239.482,77)
Imposto de Renda Pago		107.653,68	-	(1.637.997,70)
Contribuição Social Pago		2.552,24	-	(1.189.935,71)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS		113.829.386,48	185.046.999,35	64.061.680,47
Atividades de Investimentos				
Distribuição de Dividendos Recebidos		-	125.451,41	27.434,07
Distribuição de Sobras da Central Recebidos		3.786.934,35	5.508.314,37	2.958.060,10
Aquisição de Intangível		(21.616,89)	(22.083,45)	(9.826,24)
Aquisição de Imobilizado de Uso		(1.335.272,20)	(3.922.304,47)	(5.181.819,63)
Aquisição de Investimentos		-	-	(140.954,58)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		2.410.046,26	1.689.377,86	(2.362.938,28)
Atividades de Financiamentos				
Aumento por novos aportes de Capital		9.456.353,36	17.485.425,49	9.991.301,86
Devolução de Capital à Cooperados		(2.304.229,03)	(5.958.557,44)	(8.084.805,92)
Êxodo de Capital		-	(814,64)	(40,00)
Distribuição de Sobras Para Associados Pago		-	(4.855.583,77)	(5.309.584,63)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido		11.353.614,63	11.353.614,63	3.576.897,19
Recuperação de Perdas de Exercícios Anteriores		9.247,54	16.873,46	60.071,89
Reversão/Realização de Reservas		-	771,82	4.940,26
Reversão/Realização de Fundos		4.569.484,31	4.569.484,31	2.810.301,97
Outros Eventos/Reservas		311.701,84	(2.101.594,48)	(2.309.842,42)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		23.996.172,46	28.609.819,38	2.028.449,20
AUMENTO / REDUÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA				
		139.835.605,19	297.245.196,60	64.448.184,39
Modificações Líquidas de Caixa e Equivalentes de Caixa				
Caixa e Equivalentes de Caixa No Início do Período		796.913.959,88	729.304.366,46	664.856.182,07
Caixa e Equivalentes de Caixa No Fim do Período		936.549.563,05	936.549.563,05	729.304.366,46
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		139.635.603,19	207.245.196,60	64.448.184,40

COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS SÃO MIGUEL DO OESTE

SICOOS SÃO MIGUEL SCIPRIS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O PERÍODO

FIMDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

1. Contexto Operacional

A COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS SÃO MIGUEL DO OESTE - SICOOS SÃO MIGUEL SCIPRIS, sucursária denominada SICOOS SÃO MIGUEL SCIPRIS, é uma Cooperativa de Crédito Singular, instituição financeira não bancária, fundada em 1977/1988, filial da COC DE SANTA CATARINA E RIO GRANDE DO SUL - SICOOS CENTRAL SCIRE e integrante da Confederação Nacional das Cooperativas de Crédito - SICOOS CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras Cooperativas Singulares e Centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 5.764/1971, que dispõe sobre a Política e as Instituições Financeiras, e o funcionamento regulamentado pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional de Cooperativismo e institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, pela Lei Complementar nº 130/2008, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo, pela Resolução CMN nº 4.936/2016, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de Cooperativas de Crédito, e pela Resolução CMN nº 4.970/2021, que dispõe sobre os processos de autorização e funcionamento das instituições, que especifica,

O SICOOS SÃO MIGUEL SCIPRIS, sediado na RUA ALMIRANTE BARROSO, Nº 998, CENTRO, SÃO MIGUEL DO OESTE - SC, possui 05 Pontos de Atendimento (POA) nas seguintes localidades: SÃO MIGUEL DO OESTE - SC, ANCHETA - SC, BOMLANDIA - SC, PALMA SOLA - SC, PARANÁ - SC, GUARACAMA - SC, SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC, BOMLANDIA DO SUL - SC, DIONÍSIO CERQUEIRA - SC, SANCERAMANT - SC, BARRA BONITA - SC, PRINCESA - SC, FLOR DA SERRA DO SUL - PR, SALGADO FILHO - PR, BOM JESUS DO SUL - PR, JORNILLE - SC, INDARAL - SC, ASCURRA - SC, AFRUNA - SC, MAFRINÓPOLIS - PR, LAJEADO - RS, CARLOS BARBOSA - RS, VERANGÓPOLIS - RS, KOTA PRATA - RS, TEUTÔNIA - RS, ENCANTADO - RS, GARIBALDI - RS, SOLEDADE - RS, GUAPORÉ - RS, ESPERANÇA - RS, SERRA CORDEIRA - RS, PARANÁ - RS, NOVOJO - SC, ANTA GORDA - RS, TUPACATI - RS, CASCA - RS e P&DIGITAL.

O SICOOS SÃO MIGUEL SCIPRIS tem como atividade preponderante a operação de seus créditos e como fiadores.

Principais, por meio da mutualidade, assistência financeira aos associados.

(E) Fazer educacionalmente seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, com a ajuda mútua de economia solidária e o uso adequado do crédito; e

(G) Praticar, nos termos das normativas vigentes, as seguintes operações, entre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, transação de créditos com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, incluindo operações a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aderem às instruções financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BCB. Foram observadas as diretrizes emanadas pela Lei nº 6.404/1976, bem como as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.836/2007, 11.867/2008 e 13.019/2018, as Instruções contábeis nas Normas Brasileiras de Contabilidade especificamente aquelas aplicáveis às entidades cooperativas; as orientações contábeis pela Lei do Cooperativismo nº 5.764/1971 e pela Lei Complementar nº 130/2008, e normas contábeis pelo Banco Central do Brasil - BCB e Confederação Nacional - CMN, constituída no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, conforme a Resolução CMN nº 4.910/2020 e Resolução BCB nº 20/2021, e sua emissão foi autorizada pela Administração em 06/02/2022.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Padronização Contábil - CPC, as quais são aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BCB, naquilo que não conflitar com as normas por elas emitidas anteriormente, conforme CPC-01, 02, 03, 04, 05, 10, 23, 24, 25, 27, 32, e 41. Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo BCB foram empregados integralmente na elaboração dessas demonstrações financeiras, quando aplicáveis à esta cooperativa.

2.1. Mudanças nas Políticas Contábeis e Divulgações

a) Mudanças em vigor

Apresentamos a seguir um resumo sobre as normas emitidas pelas instâncias reguladoras em exercícios anteriores e atual, mas que estavam em vigor durante o exercício de 2022.

Resolução CMN nº 4.817, de 29 de maio de 2020: o normativo institui os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis, pelas instituições financeiras, do investimento em cotistas, controladas e controladas em conjunto, no Brasil e no exterior, incluindo operações de aquisição de participações, no caso de investidas no exterior, além de critérios de variação contábil, avaliação pelo método de equivalência patrimonial, investimentos realizados para venda, operações de incorporação, fusão e cisão. Diante dos impactos das alterações para o processo de incorporação de Cooperativas, foram promulgadas medidas com o Banco Central do Brasil, definindo procedimentos internos para atender ao novo requerimento da Resolução.

Resolução BCB nº 23, de 29 de outubro de 2020: a norma dispõe sobre os procedimentos a serem adotados pelas instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil para a divulgação, em notas explicativas, de informações relacionadas a investimentos em cotistas, controladas e controladas em conjunto.

Resolução CMN nº 4.872, de 27 de novembro de 2020: o normativo dispõe sobre os critérios gerais para o registro contábil do patrimônio líquido das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. As principais alterações decorrentes do normativo são:

O delimitação das demonstrações provisionais das rubricas no passivo, não sendo permitido mantê-las sem a devida destinação por decisão da Assembleia Geral;

O índice de remuneração de quotas-partes do capital, se não for distribuído em decorrência de incompatibilidade com a situação financeira da instituição, deverá ser registrada na adequada conta de Reservas Especiais;

b) Retorno de ativos pelo menor valor entre o custo e o valor justo na data-base do balanço ou do balanço;

c) mensurar os passivos;

d) pelo valor estimado da obrigação, quando o contrato não especificar valor de pagamento;

Resolução CMN nº 4.994, de 26 de novembro de 2021: a norma dispõe sobre os critérios e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, e quanto à designação e ao reconhecimento das relações de proteção contábilidade de hedge para instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Os impactos decorrentes desse normativo alteraram a estrutura do grupo Cofre que evidenciava Resultados de Exercícios Futuros e a estruturação na nomenclatura de todos os grupos vigentes de 1º nível, e a sub- e a sub-Ativos Permanentes, Compensação Ativa, Passivo Exigível, Patrimônio Líquido, Resultado Criei, Resultado Criei, e Compensação Passiva.

Resolução CMN nº 4.834, de 24 de junho de 2021: o normativo dispõe sobre princípios gerais para reconhecimento, mensuração, reconhecimento e avaliação contábeis entre instituições financeiras e demais instituições a funcionar pelo Banco Central do Brasil. As principais alterações são:

i) a reorganização do CPC 00 (R2) - Estrutura Contábil para Partes Relacionadas, o qual não altera nem estabelece outras pronunciamentos, a não modifica os critérios de reconhecimento e desreconhecimento do ativo e passivo nas demonstrações financeiras;

ii) a reorganização do CPC 47 - Resultado de Contrato com Cliente, o qual estabelece os princípios que a entidade deve aplicar para apresentar informações sobre os usuários de demonstrações financeiras sobre a natureza, o valor, e a posição e a natureza de receitas e fluxos de caixa provenientes de contrato com cliente;

iii) na mensuração de ativos e passivos, quando não houver regulamentação específica, será necessário;

iv) mensurar os ativos pelo menor valor entre o custo e o valor justo na data-base do balanço ou do balanço;

v) mensurar os passivos;

vi) pelo valor de liquidação previsto em contrato;

vii) pelo valor estimado da obrigação, quando o contrato não especificar valor de pagamento;

Resolução CMN nº 4.994, de 26 de novembro de 2021: a norma dispõe sobre os critérios e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, e quanto à designação e ao reconhecimento das relações de proteção contábilidade de hedge para instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Entra em vigor em 01/01/2022 a mensuração dos investimentos em cotistas, controladas e controladas em conjunto avaliadas pelo método de equivalência patrimonial destinadas à venda, a divulgação das demonstrações financeiras controladas de acordo o Plano Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cofre), e das demonstrações no padrão contábil internacional, a elaboração do plano de implementação dessas normativas, no que tange às alterações a serem aplicadas a partir de 01/01/2023, além da sua aprovação e divulgação. O resumo do plano de implementação, conforme artigo 19, inciso II, é apresentado na nota nº 41.

Consolidação do Cofre: no intuito de otimizar em alto normativo único as rubricas de custo um tipo grupo contábil que compõem o Balanço do Cofre do Cofre, segundo a Resolução BCB nº 32/2021, o Banco Central do Brasil divulgou em 01/04/2022 as Instruções Normativas mencionadas a seguir, com entrada em vigor a partir de 01/07/2022:

Instrução Normativa nº 268, de 1 de abril de 2022, que define as rubricas contábeis do grupo Ativos Permanentes;

Instrução Normativa nº 269, de 1 de abril de 2022, que define as rubricas contábeis do grupo Ativos Permanentes;

Instrução Normativa nº 270, de 1 de abril de 2022, que define as rubricas contábeis do grupo Passivos Exigíveis;

Instrução Normativa nº 271, de 1 de abril de 2022, que define as rubricas contábeis do grupo Passivos Exigíveis;

Instrução Normativa nº 272, de 1 de abril de 2022, que define as rubricas contábeis do grupo Patrimônio Líquido;

Instrução Normativa nº 273, de 1 de abril de 2022, que define as rubricas contábeis do grupo Resultado Criei;

Instrução Normativa nº 274, de 1 de abril de 2022, que define as rubricas contábeis do grupo Compensação Passiva.

Em cumprimento, na data de 27/10/2022 o Banco Central do Brasil divulgou a Instrução Normativa BCB nº 316, que define as rubricas contábeis do grupo Resultado Criei, em substituição à Instrução Normativa BCB nº 274 de 01/04/2022.

Lei Complementar nº 196, de 24 de agosto de 2022: o normativo altera a Lei Complementar nº 130 de 17/04/2008, integrando as competências de competência de competência no âmbito das atividades tributárias de competência judicial, para os quais não exista possibilidade de perda.

A mensuração dos impactos se dará através da análise estatística das informações passivas constituídas, referentes a processos judiciais em andamento. Para aqueles em que não seja provido prazo processual, a reversão será indenizatória. Este normativo entra em vigor em 01/01/2023.

Resolução BCB nº 296, de 22 de março de 2022: o normativo trata da remessa direta de informações ao Banco Central do Brasil referentes a operações, valores financeiros das transações de pagamento realizadas no dia, Cartão de Débito Bancário (CDB), Rubrica de Débito Bancário (RDB) e Depósitos de auto crédito de emissão própria e subdo contábeis de natureza ativa e passiva, tais como disponibilidades, depósitos, recursos disponíveis de clientes, entre outros.

O estudo acerca das ações necessárias para atender o normativo foram iniciadas, porém aguarda novas instruções e serão emitidas pelo Banco Central do Brasil. Este normativo entra em vigor em 01/03/2023.

Resolução CMN nº 8.881, de 26 de novembro de 2022: dispõe sobre a organização e o funcionamento de cooperativas de crédito. Em suma, consolidou em ato normativo único sobre práticas ambíguas às cooperativas fiadas, cooperativas centrais e confederações de crédito.

Apesar dessa conclusão positiva, o normativo está sendo analisado pela cooperativa e, em caso de alterações nas práticas adotadas, essas alterações serão consideradas até a data de sua vigência. Este normativo entra em vigor em 01/01/2023.

Resolução CMN nº 4.994, de 26 de novembro de 2021: o Resolução dispõe sobre os critérios e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção contábilidade de hedge para instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BCB. Buscando reduzir as assimetrias das normas contábeis previstas no Cofre em relação aos padrões internacionais. Entra em vigor em 01/01/2023, exceto para os itens citados no item anterior, cuja vigência começa em 01/01/2022.

Inclui-se a avaliação dos impactos da adoção dos itens normativos vigentes a partir de 01/01/2023, os quais serão divulgados de forma detalhada nas notas explicativas das demonstrações financeiras do exercício de 2024, conforme requerido pelo art. 19 do referido normativo.

Lei nº 14.467, de 16 de novembro de 2022: dispõe sobre o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. O normativo autoriza a dedução, na determinação do lucro real e de base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, as perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes de atividades relativas a operações em inadimplências e operações com pessoa jurídica em processo de falência ou em recuperação judicial.

Os impactos estão sendo analisados pela cooperativa e serão considerados até a data de vigência do normativo. Este normativo entra em vigor em 01/01/2023.

Resolução BCB nº 236, de 1 de novembro de 2022 e Instrução Normativa BCB nº 316, de 4 de novembro de 2022: em consonância à reforma futura trazida pela Resolução CMN nº 4.988/2021, o Banco Central do Brasil definiu a reestruturação completa do elenco de contas do Cofre, estabelecendo a nova estrutura dos grupos e subgrupos de contas, listados em separado nos normativos supracitados.

Inclui-se a avaliação dos impactos nos sistemas operacionais, cuja análise está em paralelo à Resolução CMN nº 4.988 de 25/11/2021. Este normativo entra em vigor em 01/01/2023.

2.2. Continuidade das Registros

A Administração avalia a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está ciente de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro. Dessa forma, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

A COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS SÃO MIGUEL DO OESTE - SICOOS SÃO MIGUEL SCIPRIS constitui do grupo econômico e aderem à todos os protocolos de segurança e tem de evitar a propagação do Coronavírus, segundo as recomendações e orientações do Ministério da Saúde, e adotando alternativas que auxiliem no cumprimento de essas medidas.

Entretanto o desaquecimento econômico, consequência das ações adotadas para conter a pandemia de Covid-19, tenha atingido diversos segmentos empresariais no Brasil e no mundo, tendo em vista a importância da Cooperativa no planejamento e gerenciamento de risco, capital e liquidez, com o intuito das estruturas contábeis do BCB, bem como as informações existentes no momento dessa avaliação, não foram identificadas indícios de quaisquer eventos que possam interromper suas operações em um futuro próximo.

3. Resumo das Principais Políticas Contábeis

3.1. Apresentação do Resultado

Os ingressos/receitas e as despesas/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas do sistema financeiro, são reconhecidas quanto da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os depósitos e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são reconhecidos de acordo com os momentos do ingresso bruto de um cooperativo e da receita bruta de um não-cooperativo, quando não identificadas com data específica.

De acordo com a Lei nº 5.764/1971, o resultado é segregado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as Cooperativas e suas associações, ou Cooperativas entre si, para o cumprimento de seus objetivos estatutários, e de atos não-cooperativos aquelas que importam em operações com terceiros não associados.

3.2. Estimativas Contábeis

Na elaboração das demonstrações financeiras faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas realizadas a fim de fornecer uma visão de liquidez disponível, a nível do dia base do balanço divulgado, provisiones para ações judiciais, entre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

3.3. Caixa e Equivalentes de Caixa

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por aplicações financeiras de curto prazo, de alto liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias, a contar da data de aquisição.

3.4. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Representam operações e ativos base referentes às operações de fluxo com compromissos de venda e aplicações em depósitos interfinanceiros, e estão demonstradas pelo valor de custo, líquido dos rendimentos a apurar correspondentes a períodos futuros.

3.5. Títulos e Valores Mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa, os quais são apresentados pelo custo ajustado dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, como aplicável, e Participações de Cooperativas, registradas pelo valor de custo, conforme reclassificação requerida pela Resolução CMN nº 4.817/2020.

3.6. Relações Interfinanceiras - Centralização Financeira

O recurso captado pela-Cooperativa que não tenham sido aplicados em suas atividades são concentrados por meio de centralização interfinanceira para a Cooperativa Central, e utilizados por esta para aplicação financeira. De acordo com a Lei nº 5.764/1971, essas ações são definidas como atos cooperativos.

3.7. Operações de Crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, refinancadas por conta de vendas e aquisição, e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por crédito "juro rate sempre", com base na variação dos respectivos indicadores pactuados.

3.8. Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito

Constitui-se montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, e a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.887/2000 e 2.882/1999 estabelecem os critérios para classificação das operações de crédito, definindo regras para a constituição de provisão para operações de crédito, as quais estabelecem novo nível de risco, de AA (alto risco mínimo) a E (baixo máximo). As operações classificadas como nível "E" permanentemente são classificadas por seis meses, quando não houver motivo a provisão existente e controladas em contas de compensação por, no máximo, cinco anos e quando não forem exigidas todas as providências para cobrança, não mais figurando no Balanço Patrimonial.

3.9. Depósitos em Garantia

Existem situações em que a Cooperativa questiona a legitimidade de demonstrações passivas ou ações em que figura como passivo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

3.10. Investimentos

Representam aplicações de recursos em participações em cotistas, controladas ou controladas em conjunto sujeitas à autorização de funcionamento pelo Banco Central do Brasil, bem como em outras instituições.

3.11. Intangíveis de Uso

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos e benfeitorias em móveis de terceiros são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. Nos termos da Resolução CMN nº 4.936/2016, as depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado dos bens.

3.12. Intangível

Compreendem atos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da Cooperativa ou essenciais com essa finalidade, dedutíveis da amortização acumulada. Nos termos da Resolução CMN nº 4.936/2016, as amortizações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado dos bens.

3.13. Ativos Contingentes

Não são reconhecidas contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de não provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas das demonstrações financeiras.

3.14. Obrigações por Empréstimos e Repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no momento dos recursos, liquidados aos custos da transação. Em seguida, os saldos das empréstimos financeiros são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período decorrido ("juro rate sempre"), assim como das despesas de apropração referentes aos encargos contratuais até a fim do contrato, quando cabíveis.

3.15. Depósitos e Recursos de Acordo e Emissão de Títulos

Os depósitos e os recursos de acordo e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das emissões e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "juro rate der".

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e Equivalentes Financeiros	21.142.000,00	23.274.583,27
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (1)	50.541.891,28	13.541.898,13
Títulos e Valores Mobiliários (2)	208.217,13	-
Relações Interfinanceiras - Centralização Financeira (3)	354.427,49	355.020.281,21
TOTAL	724.565.561,86	729.356.762,61

(1) Referem-se às operações com disponibilidade imediata ou cujo vencimento na data da efetiva aplicação for igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

(2) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOS CENTRAL SCIRE, como determinado no art. 17, da Resolução CMN nº 4.936/2016, após rendimentos auferidos nos períodos finais de:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Relações Interfinanceiras - Centralização Financeira	354.427,49	355.020.281,21
TOTAL	354.427,49	355.020.281,21

(3) Referem-se às aplicações em Cartão de Débito Bancário - CDB no BANCO SICOOS após remuneração sobre 85% e 102% do CDI.

Ativos, a composição por tipo de aplicação e situação de prazo:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Relações Interfinanceiras - Centralização Financeira	354.427,49	355.020.281,21
TOTAL	354.427,49	355.020.281,21

Os rendimentos auferidos com aplicações interfinanceiras de liquidez incluem assim compensações:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Relações Interfinanceiras - Centralização Financeira	354.427,49	355.020.281,21
TOTAL	354.427,49	355.020.281,21

5. Títulos e Valores Mobiliários

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Títulos e Valores Mobiliários	208.217,13	-
Relações Interfinanceiras - Centralização Financeira	354.427,49	355.020.281,21
TOTAL	562.644,62	355.020.281,21

(1) Referem-se às aplicações em Cartão de Débito Bancário - CDB no BANCO SICOOS após remuneração sobre 85% e 102% do CDI.

Ativos, a composição por tipo de aplicação e situação de prazo:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Relações Interfinanceiras - Centralização Financeira	354.427,49	355.020.281,21
TOTAL	354.427,49	355.020.281,21

Os rendimentos auferidos com aplicações interfinanceiras de liquidez incluem assim compensações:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Relações Interfinanceiras - Centralização Financeira	354.427,49	355.020.281,21
TOTAL	354.427,49	355.020.281,21

6. Depósitos em Garantia

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Relações Interfinanceiras - Centralização Financeira	354.427,49	355.020.281,21
TOTAL	354.427,49	355.020.281,21

Existem situações em que a Cooperativa questiona a legitimidade de demonstrações passivas ou ações em que figura como passivo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

6.1. Investimentos

Representam aplicações de recursos em participações em cotistas, controladas ou controladas em conjunto sujeitas à autorização de funcionamento pelo Banco Central do Brasil, bem como em outras instituições.

6.2. Intangíveis

Compreendem atos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da Cooperativa ou essenciais com essa finalidade, dedutíveis da amortização acumulada. Nos termos da Resolução CMN nº 4.936/2016, as amortizações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado dos bens.

6.3. Ativos Contingentes

Não são reconhecidas contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de não provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas das demonstrações financeiras.

6.4. Obrigações por Empréstimos e Repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no momento dos recursos, liquidados aos custos da transação. Em seguida, os saldos das empréstimos financeiros são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período decorrido ("juro rate sempre"), assim como das despesas de apropração referentes aos encargos contratuais até a fim do contrato, quando cabíveis.

6.5. Depósitos e Recursos de Acordo e Emissão de Títulos

Os depósitos e os recursos de acordo e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das emissões e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "juro rate der".

Risco Social: o processo de gerenciamento do risco social visa garantir o respeito à diversidade e à proteção de direitos nas relações de negócios e para todas as pessoas, evitando impactos negativos e pontos que possam afetar a imagem do Sicoob.

Risco Ambiental: o processo de gerenciamento do risco ambiental consiste na realização de avaliações sistêmicas por meio da obtenção de informações ambientais, disponibilizadas por órgãos competentes, observando potenciais impactos.

Risco Climático: o processo de gerenciamento do risco climático consiste na realização de avaliações sistêmicas considerando a probabilidade de ocorrência de eventos que possam ocasionar danos de origem climática, no observância dos riscos de transição e físico.

Os riscos social, ambiental e climático são observados nas linhas de negócios do Sicoob, segundo os critérios de negligência ativo e avaliação desconfiança e divulgados nos materiais internos, em conformidade com as normas e regulamentações vigentes.

a) setores de atuação de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático;

b) linhas de empréstimos e financiamentos de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático;

c) valor de ativo devendo em operações de crédito de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático.

As propostas de contrapartes atuadas por crime ambiental são analisadas por equipe específica.

O Sicoob não realiza operações com contrapartes que constem no cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas às de escravidão ou infantil.

40.3 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital é um processo contínuo e com postura prospectiva, que está alinhado com o Planejamento Estratégico do Sicoob, e tem por objetivos reduzir a ocorrência de insuficiência de capital nas entidades do Sicoob e gerar uma base sólida de informações para as tomadas de decisões.

O processo de gerenciamento de capital é composto por um conjunto de metodologias que permitem às instituições identificar, analisar e controlar as exposições relevantes, de forma a manter o capital compatível com os riscos incorridos.

Para instituições enquadradas no segmento S5, são aplicados:

- a) Patrimônio de Referência (PR);
- b) Montante das ações ponderadas pelo risco de forma simplificada (RPAWS);
- c) Índice de Risco (IR);
- d) Limite de Instituição (LI);
- e) Risco de Aterramento (RA).

O gerenciamento de capital das cooperativas é um processo contínuo e com postura prospectiva, que tem por objetivo avaliar a necessidade de capital de suas instituições. As diretrizes para o monitoramento e controle contínuo de capital estão contidas na Política Institucional de Gerenciamento de Capital do Sicoob, à qual todas as instituições aderem formalmente.

40.4 Gestão de Continuidade de Negócios

As diretrizes para a gestão de continuidade de negócios encontram-se registradas na Política Institucional de Gestão de Continuidade de Negócios, aprovada pelo Conselho de Administração do CCE, que prevê procedimentos, metáforas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gestão de continuidade de negócios se desenvolve com base nas seguintes atividades:

a) identificação da possibilidade de paralisação das atividades;

b) avaliação dos impactos potenciais (resultados e consequências) que possam atingir a entidade, provenientes da paralisação das atividades;

c) definição de estratégia de recuperação para a possibilidade de ocorrência de incidentes;

d) continuidade planejada das operações (ativa de TI, pessoas, instalações, sistemas e processos), considerando procedimentos para antes, durante e depois da interrupção;

e) transição entre a contingência e o retorno à normalidade (saída do incidente).

O CCE realiza a Análise de Impacto (ANI) para identificar os processos críticos sistêmicos, com o objetivo de definir estratégias para a continuidade desses processos e, assim, mitigar o risco de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da ANI tem base nos impactos financeiro, legal e imagem.

São elaborados, anualmente, os Planos de Continuidade de Negócios contendo as principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Anualmente, são realizadas todas as Planos de Continuidade de Negócios para validar a sua efetividade.

41. Plano Para a Implementação da Regulamentação Contábil Estabelecida na Resolução CMN nº 4.966/2021

Em 25/11/2021, o Banco Central do Brasil emitiu a Resolução CMN nº 4.966/2021, que alterou os conceitos e critérios aplicáveis a instrumentos financeiros, convergindo com os princípios contábeis de norma internacional "IFRS 9 - Instrumentos Financeiros".

A nova regra contábil entra em vigor a partir de 01/01/2023, tendo os seguintes documentos de aplicação dos critérios contábeis estabelecidos por esta norma registrados em conformidade à conta de ordem ou pendas autorizadas, pelo valor líquido dos efeitos tributários.

Devido os requerimentos da nova norma, criou-se a necessidade de elaboração de um plano de implementação. O referido plano foi aprovado pelo Conselho de Administração de todas as Cooperativas participantes do Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil – Sicoob, durante o exercício de 2022.

a) Resumo do Plano de Implementação

Em atendimento ao disposto no inciso II do parágrafo único do artigo 76 da Resolução CMN nº 4.966/2021, divulgamos a seguir, de forma resumida, o plano de implementação da referida regulamentação:

Fase 1 - Avaliação (2022): Engloba atividades de diagnóstico para entendimento das principais alterações contábeis originadas pela Resolução, mapeamento das principais atividades impactadas, elaboração de matriz com detalhamento dos planos de ações identificadas e estabelecimento do cronograma com as respectivas designações de responsáveis. Para essa fase foi contratada consultoria especializada para auxiliar no processo de avaliação.

Fase 2 - Desenho (2023): Essa fase abrange as atividades de especificações das alterações sistêmicas necessárias, definição de estruturas sistêmicas, desenho da estratégia de transição, novos processos e políticas.

Fase 3 - Desenvolvimento (2023/2024): Compreende as atividades das novas desenvolvimentos sistêmicos, metodologias de cálculo (exemplo: método de taxa de juros efetiva, métodos de perdas esperadas dos instrumentos financeiros), elaboração do "DE-PAFAR" do novo plano de conta e alterações em sistemas contábeis.

Fase 4 - Testes e Homologações (2024): Engloba a fase dos testes das alterações sistêmicas sob ambiente de homologação e implementação dos desenvolvimentos sistêmicos testados.

Fase 5 - Atividades de transição (2024): Definição do novo modelo de divulgação, apuração do balanço de abertura e cálculo dos impactos da adoção inicial. Engloba também atividades de treinamento, planejamento de alguns desenvolvimentos sistêmicos process e novos processos.

Fase 6 - Adoção inicial (1º de janeiro de 2025): Adoção efetiva da norma.

SÃO MIGUEL - SC

Edimar Franchetti
Presidente

Pedro Vladimir Schatz
Diretor Financeiro

Camila Erika Nicotau
Controladora
CRC-MG-071309/O-3-F-SC

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

As Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados São Miguel do Oeste - Sicoob São Miguel SC-PRRS

São Miguel do Oeste - SC

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados São Miguel do Oeste - Sicoob São Miguel SC-PRRS, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações de sobras, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Sicoob São Miguel SC-PRRS em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Bases para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nessas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção 6, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumpriamos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, o colúcio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo/SP, 10 de fevereiro de 2023.



Ronaldo Reinberg Lima
Contador – CRC 1SP215393/O-1

COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS SÃO MIGUEL DO OESTE - SICOOB SÃO MIGUEL SC-PRRS

CNPJ Nº 81.607.046/0001-75 NIRE Nº 42400015961
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Presidente da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados São Miguel do Oeste - SICOOB SÃO MIGUEL SC-PRRS, no uso das atribuições que lhe confere o Estatuto Social, convoca os delegados, que nesta data são em número de 232 (duzentos e trinta e dois), em condições de votar, e convita os associados interessados em participar da Assembleia para reunirem-se em ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, a realizar-se na sua Sede Administrativa, localizada à Rua Almirante Barroso, 888, Bairro Centro, no município de São Miguel do Oeste/SC, no dia 11 de março de 2023, às 9h 30 min, com presença de 3/3 (três terços) dos delegados, em primeira convocação, às 9h 30min, com presença de metade mais um dos delegados, em segunda convocação, ou às 9h 30min, com presença de no mínimo 10 (dez) delegados, em terceira convocação, para deliberar sobre os seguintes assuntos:

ORDEN DO DIA

- 1) Reforma e concordância do estatuto social da cooperativa, envolvendo os seguintes artigos:
 - a) Artigo 1º, inciso III - alteração na redação e exclusão do município de Nova Roma do Sul da área de ação;
 - b) Artigo 30 - inclusão de parágrafo;
 - c) Artigo 34 - alteração na redação do inciso II, bem como inclusão de parágrafo;
 - d) Artigo 46 - alteração na redação, nos termos do artigo 17-B, "caput" da Lei Complementar nº 196/22 que altera a Lei nº 130/08;
 - e) Artigo 62, inciso VII - alteração na redação;
 - f) Artigo 68, inciso V - alteração na redação;
 - g) Artigo 93 - alteração na redação, nos termos do artigo 6º da Lei Complementar nº 196/22 que altera a Lei nº 130/08, bem como artigo 17, § único da Resolução CMN/BACEN nº 5.051/22;
- 2) Outros assuntos de interesse do quadro social.

Edimar Franchetti
Presidente

COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS SÃO MIGUEL DO OESTE - SICOOB SÃO MIGUEL SC-PRRS

CNPJ Nº 81.607.046/0001-75 NIRE Nº 42400015961
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Presidente da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados São Miguel do Oeste - SICOOB SÃO MIGUEL SC-PRRS, no uso das atribuições que lhe confere o Estatuto Social, convoca os delegados, que nesta data são em número de 232 (duzentos e trinta e dois), em condições de votar, e convita os associados interessados em participar da Assembleia para reunirem-se em ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA, a realizar-se na sua Sede Administrativa, localizada à Rua Almirante Barroso, 888, Bairro Centro, no município de São Miguel do Oeste/SC, no dia 11 de março de 2023, às 9 horas, com presença de 3/3 (três terços) dos delegados, em primeira convocação, de 9 horas, com presença de metade mais um dos delegados, em segunda convocação, ou às 9 horas, com presença de no mínimo 10 (dez) delegados, em terceira convocação, para deliberar sobre os seguintes assuntos:

ORDEN DO DIA

- 2) Prestação de contas do exercício encerrado em 31-12-22, compreendendo:
 - a) Relatório de gerência;
 - b) Balanços do primeiro e segundo semestres do exercício de 2022;
 - c) Demonstração das sobras ou perdas apuradas;
 - d) Parecer do Conselho Fiscal;
 - e) Relatório de auditoria independente;
 - f) Destinação dos sobras apuradas;
 - g) Eleição dos componentes do Conselho Fiscal com mandato até AGO 2025;
 - h) Fixação do valor da cotação de presença dos membros do Conselho Fiscal, bem como dos delegados;
 - i) Aprovação da captação de recursos dos municípios, de seus órgãos ou entidades e das empresas por eles controladas.

Edimar Franchetti
Presidente

OBSERVAÇÕES:

- 1) As demonstrações financeiras/contábeis do exercício findo estarão disponíveis na sede da cooperativa e no endereço eletrônico www.sicoobsc.com.br a partir de 22/03/2023.
- 2) A inscrição de chapas para o Conselho Fiscal deverá ser efetuada conforme nova convocação, nos termos do artigo 6º da Lei Complementar nº 196/22 que altera a Lei nº 130/08, bem como artigo 17, § único da Resolução CMN/BACEN nº 5.051/22 e, ficar aberta, na sede da cooperativa, até as 15 horas do dia 06/03/2023.



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://izisign.com.br/Verificar/CC9A-243E-0179-C1D9> ou vá até o site <https://izisign.com.br> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: CC9A-243E-0179-C1D9



Hash do Documento

6605C9D09AAABEB2148999FD2878B6E24B70087A61A1780750C28997770B9D26

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 23/02/2023 é(são) :

☒ Miguel Angelo Gobbi - 017.840.720-87 em 23/02/2023 15:12

UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital

